

## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

South-South cooperation of mozambican and brazilian socio-territorial movements: a look around the struggles and resistance against ProSAVANA

Cooperación Sur-Sur de los movimientos socioterritoriales mozambicanos y brasileños: una mirada alrededor de las luchas y resistencias contra el ProSAVANA

**Lucas Atanásio Catsossa<sup>1</sup>**

Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade  
Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Cidade de Tete, Tete  
Moçambique. Membro do Grupo de Pesquisa Território e  
Ambiente (GTA – certificado pelo CNPq/Brasil).  
E-mail: lucascatsossauem@gmail.com  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>

*«Para que os oprimidos se unam entre si, é preciso que cortem o cordão umbilical de caráter mágico, através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão».*  
(Paulo Freire – A pedagogia do oprimido).

**Resumo:** Este artigo procura fazer uma análise multi-escalar das ações dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros na luta e resistência contra a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. As lutas e resistências travadas por estes sujeitos em movimento contra este programa agrícola estavam movidas pelos princípios democráticos, pela promoção da justiça socioambiental, em defesa da soberania dos povos e solidariedade mútua de ambos os países. Ao se unir, a ideia destes sujeitos em movimento tinha em vista evitar que os camponeses do Corredor de Nacala fossem espoliados da mesma forma como acontecera com os camponeses do cerrado brasileiro durante a implementação do PRODECER. Depois de dez (10) anos e no meio tantas adversidades, caracterizadas por ameaças, intimidações, perseguições, violência dentre outras práticas antidemocráticas, estes sujeitos em movimento conseguiram interromper em definitivo a implementação do ProSAVANA. Esta interrupção do ProSAVANA, não só simboliza uma vitória para os movimentos socioterritoriais moçambicanos contra a investida neoliberal, mas também revela que um povo unido e com a solidariedade de outros povos podem vencer a classe opressora, fazendo com que os seus interesses não sejam materializados conforme o planejado.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/Brasil. O autor agradece ao António Gaveta e Guilherme Johnson pelas traduções do resumo para as línguas inglesa e espanhola, respectivamente.

## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

**Palavras-Chave:** Corredor de Nacala; Cooperação Sul-Sul; Movimentos socioterritoriais; ProSAVANA.

**Abstract:** This article makes a multi-scale analysis of the actions of Mozambican and Brazilian socio-territorial movements against ProSAVANA. The struggles and resistances of these subjects in movement against ProSAVANA are driven by democratic principles, by the promotion of socio-environmental justice, in defense of the sovereignty of peoples and mutual solidarity. By coming together, the idea of these subjects in movement was intended to prevent the peasants of the Nacala Corridor from being plundered in the same way as happened to the peasants of the Brazilian cerrado during the implementation of PRODECER. In fact, after ten (10) years and in the midst of so many adversities, characterized by threats, intimidation, persecution, demonization, among other anti-democratic practices, these subjects in movement managed to definitively stop the implementation of ProSAVANA. This interruption of ProSAVANA not only symbolizes a victory for the Mozambican socio-territorial movements against the neoliberal onslaught, but also reveals that a united people and with the solidarity of other peoples can defeat the oppressive class, causing their interests not to be materialized as the planned.

**Key-words:** Nacala Corridor; South-South Cooperation; Socio-territorial movements; ProSAVANA.

**Resumen:** Este artículo propone un análisis multiescalar de las acciones de los movimientos socioterritoriales mozambicanos y brasileños contra el ProSAVANA. Las luchas y resistencias de estos sujetos en movimiento contra el ProSAVANA están movidos por los principios democráticos, por la promoción de la justicia socioambiental, en defensa de la soberanía de los pueblos y de la solidaridad mútua. Al se unir, la idea que estos sujetos en movimiento tenían en vista era evitar que los campesinos del Corredor de Nacala sean despojados, de la misma manera como sucediera con los campesinos del cerrado brasileño durante la implementación del PRODECER. De hecho, después de diez (10) años y en medio de tantas adversidades, caracterizadas por amenazas, intimidaciones, persecuciones, demonizaciones, entre otras prácticas antidemocráticas, estos sujetos en movimiento consiguieron interrumpir en definitivo la implementación del ProSAVANA. Esta interrupción del ProSAVANA no solo simboliza una victoria para los movimientos socioterritoriales mozambicanos contra la investida neoliberal, assim como también rebela que un pueblo unido y con la solidaridad de otros pueblos puede vencer a la clase opresora, haciendo con que aquellos intereses no sean materializados de acuerdo con sus planes.

**Palabras-Clave:** Corredor de Nacala; Cooperación Sur-Sur; Movimientos socioterritoriales; ProSAVANA.

Data de recebimento: 15/11/2022

Data de aprovação: 30/05/2024

DOI: 10.30612/riet.v4i1.15512



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

### Introdução

Historicamente, os camponeses moçambicanos foram expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica de vida. Além de serem convertidos em força de trabalho assalariada passíveis de exploração, os camponeses moçambicanos passaram também a serem inibidos de usufruírem os recursos naturais existentes em seus próprios territórios pelo Estado colonial. Na contramão, os camponeses passaram a contestar de várias maneiras as ações perversas da classe dominante que invadia e ocupava as suas terras para a produção de mercadorias do seu interesse. Como estratégias de lutas e resistências, os camponeses coziavam sementes antes de as semear; queimavam a produção e fugiam para locais fora da alçada das autoridades coloniais.

Embora oficialmente se tenha declarado o fim do regime colonial em Moçambique com a Proclamação da Independência em 1975, as práticas coloniais nunca cessaram neste país africano. No entanto, a Proclamação da Independência em Moçambique, não significou necessariamente o fim das práticas coloniais, pois, houve uma continuidade das mesmas, na medida em que foram herdadas, modernizadas e reproduzidas numa primeira fase pelo governo socialista da FRELIMO (*Frente de Libertação de Moçambique*, partido no poder desde 1975) e depois, no decorrer das reformas econômicas na década de 1980, que deram lugar ao sistema capitalista depois do fracasso da experiência socialista de produção do espaço.

Na sua música intitulada «Cães de Raça», o rapper moçambicano, Azagaia em vida ao afirmar que “expulsei o colono, mas nunca o colonialismo” fazia referência a presença de traços coloniais muito fortes em Moçambique. Atualmente, tal cenário vem se intensificando de forma brusca e violenta para os sujeitos diretamente implicados em decorrência da expansão do capital financeiro no campo, que busca terras para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global, invadindo territórios comunitários, expropriando e expulsando os camponeses das suas terras, inclusive.

Mesmo assim, na contramão a estas colonialidades, e baseando-se na *utopia da libertação*, os camponeses moçambicanos vivem em constante movimento, lutam e resistem, numa tentativa de se livrar das *cercas que ainda os cercam* com vista a alcançar a sua autonomia em seus territórios. Em Moçambique, a classe dominante e/ou opressora sofre constantes contestações populares no campo.

## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

Embora fortes em determinados contextos geográficos e fracos noutros, os camponeses sempre se opuseram com variados mecanismos de lutas e resistências contra a sua destruição pela classe dominante e/ou opressora. Pelo fato de serem submetidos a condições desumanas, isto é, impróprias para a sua reprodução social em seus próprios territórios, os camponeses moçambicanos têm-se tornado sujeitos políticos, na medida em que usam o campo como seu espaço político para através dele, fazer política, enfrentando e contestando severamente as práticas que colocam em risco a sua existência enquanto classe social. Trata-se, portanto, de lutar e resistir por direitos coletivos, sobretudo, pelo acesso à terra, água, recursos florestais e faunísticos, recursos pesqueiros e em defesa da autonomia produtiva e soberania alimentar.

Com a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala, por ser um programa com interesses múltiplos e complexos do capitalismo financeiro global, os camponeses foram forçados a se unirem para enfrentá-lo. Mas, vale ressaltar que no caso do ProSAVANA, havia uma particularidade, pois tratava-se da união de sujeitos de dois continentes separados por milhares de  $km^2$ , sendo eles, africanos de Moçambique e latino-americanos do Brasil. Estes sujeitos em movimento, foram gerados pelas contradições e ambivalências da Política Externa Brasileira conduzida pelos governos petistas, iniciada por Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e mais tarde, pela Dilma Rousseff (2011-2016), a qual culminou com a territorialização do ProSAVANA em 2009.

Estes sujeitos em movimento tinham um objetivo comum, travar a expansão do *neocolonialismo brasileiro* financeiramente apoiado pelo Japão em Moçambique, o qual estava mascarado por discursos “produtivistas” e “desenvolvimentistas”, mas que vislumbrava a monopolização do território, cujo objetivo era de garantir acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. A partir de então, estava instalada uma luta e resistência camponesa contra um programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais que pretendia ocupar extensas áreas de terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado global.

### **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição para a compreensão da dimensão geográfica dos movimentos sociais**

## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

O debate sobre os movimentos socioterritoriais no campo tem sido cada vez mais recorrente na Ciência Geográfica. Há mais de uma década, a geografia tem procurado sistematizar ideias no sentido de formular uma teoria analítica a respeito do caráter espacial dos movimentos sociais. Neste âmbito, torna-se importante destacar a relevância científica dos trabalhos de Fernandes (2005) para a compreensão das ações destes sujeitos em movimento no campo.

Em sua obra, Fernandes (2005) procura sistematizar um pensamento geográfico que vinha produzindo em outros momentos históricos da sua vida acadêmica. Para dizer que as ideias sistematizadas pelo autor em 2005, podem ser encontradas em outros textos anteriores a este (FERNANDES, 2000; FERNANDES & MARTIN, 2004). Assim, Fernandes (2005, p. 31) se empenhou em produzir um referencial teórico que permitisse “compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos”. Com a sua análise, o autor procurou romper com a análise sociológica dos movimentos sociais que se preocupava em compreender as “formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos” (FERNANDES, 2005, p, 30).

Para ele, no olhar sociológico, “não há a preocupação com a leitura geográfica ou com os processos geográficos constituídos pelas ações dos movimentos sociais” (FERNANDES & MARTIN, 2004, s/p). Ao trazer à ribalta o debate dos movimentos sociais sob a perspectiva geográfica, Fernandes (2005) não estava preocupado “somente com a compreensão das formas e das relações, mas principalmente com a compreensão dos espaços produzidos e dos territórios conquistados” (FERNANDES & MARTIN, 2004, s/p). O pensamento de território de Raffestin (1993) teve grande influência nas formulações teóricas de Fernandes (2005) sobre os movimentos socioterritoriais.

É neste diapasão que o autor procura traçar um referencial teórico sobre os movimentos sociais por meio de um discurso geográfico que, inclusive, passou a ser usado por muitos estudiosos dentro da Ciência Geográfica em suas pesquisas. Portanto, procura demonstrar que para além de ocorrer um processo de espacialização dos sujeitos, verifica-se também a eclosão das lutas sociais no campo. Embora rompa com o olhar sociológico sobre estes sujeitos em movimento, o autor deixa claro que não há nenhuma diferença entre os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais. Explica o autor que:

## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Neste sentido, os movimentos socioterritoriais seriam as mobilizações populares socialmente organizadas em que o objetivo está além de se contestar uma determinada (des)ordem social específica imposta por um poder hegemônico sobre o espaço geográfico, mas também visa conquistar, dominar e controlar o território. Tal conquista, domínio e controle do território, se dá por meio da ocupação que é um dos mecanismos de luta e resistência camponesa no campo. A (des)ordem questionada pelos movimentos socioterritoriais têm sido imposta pela classe dominante, neste caso, o Estado, o capital financeiro e outros grupos sociais que se apropriam do território, e com ele, todos os bens naturais de uso comum para fins totalmente privados. Para Moreira (2011), está-se diante de “lutas de contra-espço”. Na visão deste autor:

O contra-espço é um modo espacial por meio do qual os excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe (MOREIRA, 2011, p. 103).

Alguns autores (FABRINI, 2019) chamam atenção para o cuidado que se deve ter de não tornar os movimentos sociais como actores absolutos ao analisá-los cientificamente, pois entendem que, nalgumas vezes, e de forma contraditória, estes sujeitos em movimento reproduzem práticas antidemocráticas e conservadoras, as quais lutam contra. Tais contradições, não se verificam apenas no Brasil conforme reporta Fabrini (2019), mas também estão presentes em Moçambique (CATSOSSA, 2020a). A análise geográfica dos movimentos sociais iniciada por Fernandes (2005) procura demonstrar que para além de ser um trunfo, o território é a base da existência destes sujeitos em movimento no campo.

Neste sentido, “os movimentos camponeses, os indígenas [...], os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais [...] porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 31). Neste processo de produção de espaços e territórios, há um confronto que envolve duas classes sociais distintas e com interesses diferentes, mas que lutam pela conquista, domínio e controle monopolístico do espaço. Aqui,

## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

estar-se-ia diante de uma disputa territorial envolvendo classes sociais distintas e com interesses diferentes no uso do espaço.

Destas classes sociais distintas e com interesses diferentes, de um lado, está a classe camponesa e, do outro, a do agronegócio/latifundiário, numa disputa acirrada pela conquista, domínio e controle do território socialmente produzido, mas nem sempre há equilíbrio de forças. Dependendo da situação e do contexto geográfico em que estão inseridas, uma determinada relação social, procura dominar a outra, destruindo-a, inclusive. É por esta razão que o território é ao mesmo tempo “espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência” (FERNANDES, 2005, p. 30). É espaço de vida porque nenhuma sociedade pode viver sem território. Esta é a máxima do *mito da desterritorialização* cunhado por Haesbaert (2016), pois no seu entender, quando o sujeito é desterritorializado por qualquer que seja ação, ele volta a se territorializar noutro espaço, mesmo que de forma precária. Contudo, mesmo que não exista um grupo humano e/ou uma sociedade sem estar circunscrita num determinado contexto geográfico –, *territorial*, “pode haver a territorialização precária dos sujeitos” (FABRINI & ROOS, 2014, p. 58).

Trata-se dos casos, por exemplo, em que “o sujeito ou grupo social possui escasso domínio sobre o espaço” (FABRINI & ROOS, 2014, p. 58). No caso moçambicano, pode-se citar o exemplo dos camponeses que são expropriados e expulsos das suas terras para dar lugar os projetos do agronegócio, de mineração e de exploração do gás e petróleo, os quais depois são reassentados em outros lugares, na sua maioria, impróprios para a sua reprodução social. A territorialização precária desses camponeses no campo âmbito da expansão do capital financeiro, adicionado ao escasso domínio do espaço, importante para a sua reprodução social, apenas tem contribuído para o seu empobrecimento e a perpetuação da fome no seio das famílias camponesas.

### **Programa ProSAVANA: a base para a compreensão da Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros**

Na primeira década do século XXI, o debate sobre a questão agrária em Moçambique passou a ser relacionada com a geopolítica global, caracterizada pelo deslocamento de fronteiras agrícolas para os países onde supostamente existem terras disponíveis para a sua implementação. O deslocamento dessas fronteiras agrícolas era promovido pelos governos



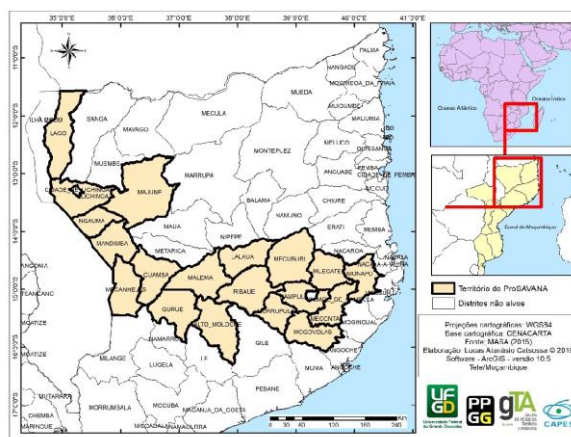


## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

de países ricos ou ainda de economias emergentes para os países pobres. Nesses países pobres, os governos locais, para além de aceitar a sua implementação, passaram a criar condições para acomodar os interesses do capitalismo financeiro global. A expansão dessas fronteiras agrícolas, no caso moçambicano, ocasionou o fenômeno de corrida por terras agrícolas para a produção de *commodities* exportáveis, colocando assim a pressão sobre as terras comunitárias.

O ProSAVANA é exemplo clássico de uma fronteira agrícola, que demandou a corrida por terras agrícolas em Moçambique, tendo inclusive, ocasionado a pressão sobre as terras comunitárias após a sua territorialização em 2009. O ProSAVANA foi um programa agrícola que tinha em vista a modernização da agricultura no Corredor de Nacala por meio do modelo agrário do agronegócio. Enquanto modelo de desenvolvimento agrário/agrícola em vista a modernização da agricultura, o ProSAVANA inspirava-se no seu irmão primogênito do cerrado, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) implementado por meio de uma cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão, a partir dos finais da década de 1970. Para a implementação do ProSAVANA, haviam sido identificadas pelo governo moçambicano, cerca de 14,5 milhões de hectares de terras, em 19 distritos<sup>2</sup> ao longo do Corredor de Nacala.

**Mapa 1.** Área de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala/Moçambique



Fonte: Catsossa (2020a)

<sup>2</sup> No contexto brasileiro, distritos seriam municípios.



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Esta área que havia sido identificada para a implementação do ProSAVANA, viviam milhares de famílias camponesas, em que a maioria tinha apenas a terra como único meio para a sua sobrevivência. Significa que em caso da sua expropriação no âmbito da implementação do ProSAVANA, estas famílias camponesas perderiam o seu único meio de sobrevivência, e facilmente, as mesmas cairiam no submundo da miséria, da fome e da desnutrição. A maior parte das famílias camponesas do Corredor de Nacala tem acesso a terra por meio de *ocupação*, sendo por *normas e práticas costumeiras*, as quais envolvem a *herança da terra*; como também por *Boa-fé*, e neste último caso, trata-se dos casos em que os sujeitos ocupam uma determinada parcela da terra por um período de dez anos, e automaticamente, são considerados como posseiros pelo Estado.

Neste sentido, qualquer interesse em vista a exploração capitalista da terra no Corredor de Nacala, passa pela realização de consultas comunitárias para evitar a eclosão de conflitos sociais e disputas pelo uso da terra/território. É importante frisar que tais famílias camponesas não têm na terra apenas a condição para a sua existência material, mas também simbólica. Para estas famílias camponesas, a terra desempenha uma função sociocultural, ao traduzir-se num cordão umbilical, o qual miticamente liga esses sujeitos aos seus antepassados. Neste sentido, perder a terra para o ProSAVANA, é como se estes camponeses estivessem a perder uma parte de si.

No entanto, a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala deve ser vista dentro do paradigma da Cooperação Sul-Sul, com a qual, os governos de países do Sul Global economicamente fortes, pretendiam materializar os seus interesses no contexto da acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, explorando outros territórios e os povos nativos em países mais pobres. O Brasil se insere nessa lógica exploratória no quadro da geopolítica da questão agrária mundial, embora esteja sendo também alvo de exploração capitalista por outros países economicamente poderosos (FERNANDES, 2009; CATSOSSA, 2019a). No caso brasileiro, o ProSAVANA, era o “veículo” com o qual os interesses do capitalismo financeiro brasileiro seriam materializados, já que o Brasil se impunha como um novo ator de “desenvolvimento” no contexto geopolítico, disputando mercados com o Norte Global.

No quadro da Cooperação Sul-Sul, o Brasil demonstrou que pretendia se constituir enquanto uma potência econômica no Sul Global a partir do seu expansionismo no



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

Continente Africano, e de forma particular, em Moçambique. Se por muito tempo, os países latino-americanos foram vítimas desse expansionismo imperial brasileiro através da presença das empresas brasileiras (ZIBECH, 2012), com a entrada de Luís Inácio Lula da Silva no poder em 2003, os países africanos passaram a ser alvos dessa acção imperial do Brasil. No caso moçambicano, a expansão do capitalismo brasileiro era acompanhada pela presença de empresas brasileiras, das quais, públicas e privadas. O *Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES)* foi determinante para a expansão e efetivação do capitalismo brasileiro em Moçambique.

No caso moçambicano, marcaram presença empresas privadas como a multinacional Vale, a construtora Ordebrecht, a Coreia Camargo, a FioCruz, só para citar alguns exemplos. No campo da agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) era protagonista na transferência de tecnologias outrora usadas durante a implementação do PRODECER no cerrado brasileiro, com quais buscava desencadear a modernização da agricultura em Moçambique sob alegação de sanar a fome e desnutrição (CATSOSSA, 2020c). Com o ProSAVANA, o governo brasileiro almejava transferir as tecnologias modernas, semelhantes às que induziram a modernização agrícolas no cerrado brasileiro, as quais, tornaram o Brasil na superpotência global da soja (PESSÔA, 2015; INOCÊNCIO, 2016). A Cooperação Sul-Sul, a qual a Política Externa Brasileira (PEB) se ancorou durante os governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2016), para alguns autores (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; AGUIAR & PACHECO, 2015; CATSOSSA, 2019b, 2020c) foi determinante para a materialização desse *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique.

Sob a narrativa de mudar a geografia global, caracterizada pela dominação e exploração dos territórios e dos povos do Sul Global pelo Norte Global, o Brasil sob a governação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), reproduziu práticas semelhantes as quais questionava no âmbito da sua expansão ao nível do continente africano, e de forma particular, em Moçambique. Se a crítica era que o Norte Global explorava os territórios e os povos nativos, a multinacional brasileira Vale reproduziu tais contradições e perversidades na cidade carbonífera de Moatize, em Tete. Se a crítica era que o Norte Global colocava os países do Sul Global na dependência em termos financeiros, o Brasil sob o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, colocou Moçambique refém dos



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

financiamentos do BNDES para execução de algumas infraestruturas, como é o caso da Barragem Moamba Major.

Enquanto um programa agrário/agrícola que havia sido proposto para a modernização da agricultura no Corredor de Nacala, o ProSAVANA é resultado da Política Externa Brasileira paradigmática em Moçambique, movido por interesses econômicos, visando tramar a apropriação e o controle monopolístico do território para a sua transformação em campo de produção de *commodities* agrícolas de interesse do mercado global. A territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala no ano de 2009 levantou o debate sobre o *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique, mascarado pelo ideário do combate à fome e desnutrição por meio da modernização da agricultura com base no modelo agrário/agrícola do agronegócio.

Neste sentido, a transferência de um modelo agrário/agrícola do agronegócio para Moçambique, que a partida, teria gerado impactos socioambientais irreversíveis no cerrado brasileiro (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; MELLO, 2013; FUNADA-CLASSEN, 2014, 2019; JACINTO, 2014; PESSÔA, 2015; INOCÊNCIO, 2016; CATSOSSA, 2017) seria, portanto, o reflexo desse *neocolonialismo brasileiro* em Moçambique. Tendo em conta as contradições do modelo de desenvolvimento agrário que estava sendo exportado para Moçambique, do lado brasileiro, afirmava-se categoricamente que:

O neocolonialismo brasileiro em Moçambique certamente não contribuirá com o desenvolvimento socialmente justo deste país. Se, por um lado, o Brasil pode oferecer conhecimento técnico para o cultivo de sementes na savana africana, por outro o país tem a oferecer um modelo insustentável de agronegócio, baseado na monocultura, na degradação ambiental e na concentração de terras nas mãos de poucos<sup>3</sup>.

Embora o ProSAVANA tenha sido mais tarde, apropriado pelo governo moçambicano e apresentado ao público como sendo um programa do governo moçambicano com apoio dos governos do Brasil e do Japão (CATSOSSA, 2017; 2020b), há estudos (FUNANDA-CLASSEN, 2019) que contestam tal fato, destacando que este era obra do governo japonês, inicialmente liderado por Taro Aso, e mais tarde, continuado por Shinzo Abe, mas em parceria com o governo Luís Inácio Lula da Silva. A forma ativa do Japão e

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/46703-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique->. Acesso: 07/03/2008.



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

do Brasil nos primeiros anos, embora este segundo tenha recuado a partir de 2016 (CATSOSSA, 2020a), mostrava que o ProSAVANA era um programa que vinha do estrangeiro e que nele havia interesses conexos, múltiplos, ocultos e alheios aos camponeses do Corredor de Nacala.

O que de fato aconteceu foi apenas a *moçambicanização* do ProSAVANA como programa moçambicano por parte do governo de Moçambique liderado pelo ex-presidente Armando Guebuza (2005-2015), sendo que mais tarde, tal fato foi legitimado pelo atual governo Filipe Nyusi (2015, cujo segundo mandato termina em 2025). A *moçambicanização* do ProSAVANA pelo governo moçambicano demonstrou que era uma tentativa de contornar as críticas que eram feitas pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros contra este programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais em Moçambique, de que se estava diante de uma nova colonização, desta vez, pelo capital financeiro globalizado. Essa *moçambicanização* do ProSAVANA por parte do governo moçambicano tinha em vista também contornar as críticas que eram feitas por estudiosos/as de Moçambique, Brasil e Japão sobre este programa (CATSOSSA, 2020b), as quais, passaram a incomodar os seus executores.

### **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros e o “Não ao ProSAVANA” no Corredor de Nacala em Moçambique**

As lutas e resistências contra o ProSAVANA, inicialmente, feitas pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos, surgem após o anúncio que dava conta que a sua implementação estava prevista para o Corredor de Nacala por meio de uma cooperação internacional, envolvendo os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão. Temendo a perda das suas terras para o ProSAVANA, de forma organizada, os camponeses do Corredor de Nacala, saíram em defesa dos seus territórios e do seu “modo de vida”, lutando e resistindo contra a implementação efetiva deste programa de matriz neoliberal que vislumbrava a monopolização do território.

É importante referenciar que além do ProSAVANA ter sido concebido de “cima para baixo” e ao “mais alto nível das três nações” –, isto é, sem a participação dos camponeses do Corredor de Nacala, inicialmente, estes sujeitos não foram consultados pelos proponentes do programa se em seus territórios havia terra suficiente (cerca de 14,5 milhões de hectares) para a sua implementação. Muitos estudos (SCHLESINGER, 2015; CATSOSSA, 2017;



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

MOSCA & BRUNA, 2015), apontam que não foram realizadas as *consultas comunitárias* junto às bases camponesas.

Tais “consultas comunitárias”, para além de serem realizadas fora do alcance dos camponeses, e em ambientes formais, elitizadas e policilializada/militarizadas, as mesmas, eram de carácter informativa, isto é, que havia um programa chamado ProSAVANA, o qual seria implementado no Corredor de Nacala, e que trazia muitas vantagens para os camponeses.

A contestação do ProSVANA, de forma aberta, ocorreu em 2012, num comunicado de imprensa emitido pela União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento camponês moçambicano, filiado à *Via Campesina*. O vazamento na *internet* em 2013, do Plano Diretor que havia sido elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), com objetivos claros sobre o que deveria ser feito durante a implementação do ProSAVANA, com o respectivo público-alvo (CATSOSSA, 2017; 2020a; 2020b), chamou atenção aos movimentos socioterritoriais moçambicanos. O vazamento deste documento, desembocou em fortes questionamentos por parte da União Nacional de Camponeses (UNAC) e de outras organizações da sociedade civil que contestavam o ProSAVANA, como é o caso da Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique.

Quando souberam desta investida neoliberal, os camponeses do Corredor de Nacala, reagiram com vários mecanismos de lutas e resistências, defendendo os seus territórios para que não fossem transformados em campos de produção de *commodities* de interesse do mercado global. O que elevou o nível de preocupação dos movimentos socioterritoriais moçambicanos eram as notícias que vinham do Brasil em relação ao ProSAVANA. Tais informações, davam conta que Moçambique estava a “doar” de graça milhões de hectares de terras para os produtores brasileiros ligados ao agronegócio para produzirem soja, milho e algodão para exportação. Nesta notícia lia-se, por exemplo, que “os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem baratinho, incentivando novas plantações<sup>4</sup>”.

As notícias que vinham do Brasil, chamavam atenção dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC, a Associação Rural de Ajuda Mútua

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=eogF\\_Ir5myA](https://www.youtube.com/watch?v=eogF_Ir5myA). Acesso: 19/01/2020.



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

(ORAM) e a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), e mais tarde, estes sujeitos em movimento procuraram obter mais informações com os movimentos socioterritoriais brasileiros, com quem tinham laços de amizade, sobre o PRODECER, já que na altura se dizia que o ProSAVANA se inspirava neste primeiro programa. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento camponês moçambicano e membro da *Via Campesina* reconhece a importância dos movimentos socioterritoriais brasileiros na disponibilização de informações essenciais sobre os desdobramentos socioterritoriais do PRODECER no cerrado brasileiro. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPC-N) afirma que:

Nós como associação [de camponeses] temos nossas voltas, temos nossas fontes de buscas de informação. Temos nossos companheiros que estão no Brasil. Temos também camponeses associados que nos fornecem essas informações, apesar de que nós não precisamos ir para lá, mas temos informações fiéis que dizem que essa cara que está sendo trazida para Moçambique em nome de desenvolvimento, é o mesmo que aconteceu no Brasil e que existe movimento de camponeses sem-terra (Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula).

Um dos movimentos socioterritoriais brasileiros com o qual a UNAC diz ter aprendido muito com ele nesta busca pelas informações sobre o PRODECER e que, inclusive, foram úteis para a compreensão do ProSAVANA dentro do seu movimento associativo, é o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (MST) que conta com uma longa experiência de lutas e resistências contra o agronegócio no campo brasileiro. O Coordenador-Executivo da UNAC afirma que:

Há muitas coisas que aprendemos com o MST. Com o MST, conseguimos aprender os mecanismos e as táticas de luta. As estratégias de luta, [...] como é que nós podemos lidar sob ponto de vista de furar os esquemas e as pretensões das empresas, aprendemos muito com o MST (Entrevista realizada em Maio de 2019 na cidade de Maputo).

Vale lembrar que os laços de amizade e de solidariedade entre os movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros, começam a serem estabelecidos muito antes do Brasil e Japão decidirem “replicar” o PRODECER em Moçambique com o nome de ProSAVANA. A presença em Moçambique da ex-mineradora brasileira Vale, já chamava atenção aos movimentos socioterritoriais brasileiros. As mazelas, perversidades dentre outras tragédias socioambientais geradas por esta empresa mineira na cidade de Moatize, na província central de Tete, caracterizada pela espoliação, expropriação e deslocamento



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

compulsivo das famílias camponesas para outros lugares, às vezes, sem garantir condições básicas para a sua sobrevivência, passaram, igualmente, a chamar atenção dos movimentos socioterritoriais brasileiros. Aguiar e Pacheco (2015) explicam que:

Antes da articulação em torno do ProSAVANA, os movimentos sociais do Brasil e de Moçambique já estavam em diálogos sobre outras lutas. Em especial, os Atingidos pela Vale, a Marcha Mundial das Mulheres e a Via Campesina a anos vem construindo lutas comuns (AGUIAR e PACHECO, 2015, p. 20).

A articulação em torno do ProSAVANA foi fácil porque um dos movimentos socioterritoriais brasileiros, neste caso, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) já havia territorializado as suas ações em Moçambique, realizando diversas atividades com os movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, com a UNAC. A Cooperação Sul-Sul entre os movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros na luta e resistência conjunta contra o ProSAVANA, começou mais ou menos em 2012. Aguiar e Pacheco (2015) explicam ainda que um dos contatos aconteceu durante a *Conferência Internacional Rio+20 das Nações Unidas*, realizada no Rio de Janeiro no ano de 2012, em que a União Nacional de Camponeses (UNAC) fez-se presente enquanto integrante da *Via Campesina* no contexto da Cúpula dos Povos.

Ainda neste período um militante da Justiça Ambiental (JÁ), um dos movimentos ambientalistas moçambicanos foi proibido de entrar no território brasileiro, sendo que mais tarde, acabou por ser extraditado (e enviado de volta) para Moçambique. A proibição da entrada no Brasil e, posteriormente, a extradição do militante da Justiça Ambiental para Moçambique, comoveu os movimentos socioterritoriais brasileiros (AGUIAR e PACHECO, 2015). Foi neste momento que as pautas de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais moçambicanos contra o capital financeiro, sobretudo, o ProSAVANA e outras iniciativas do agronegócio que estavam em expansão, passaram também a interessar os movimentos socioterritoriais brasileiros. A partir das críticas feitas pelos representantes de movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC, os movimentos socioterritoriais brasileiros começaram também a fazer articulações com vista a entender melhor os reais objetivos do ProSAVANA em Moçambique.

Foi neste contexto que os movimentos socioterritoriais brasileiros decidiram avançar com uma proposta para que os movimentos socioterritoriais moçambicanos visitassem o Brasil para dialogarem em torno do ProSAVANA, com vista a trocar experiências de lutas



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

e resistências contra o modelo agrário/agrícola do agronegócio. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a é uma das organizações sociais brasileiras que convidou os movimentos socioterritoriais moçambicanos a irem ao Brasil para de perto, verem as contradições e as mazelas geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro. De Moçambique, saíram duas organizações camponesas, neste caso, a UNAC e a ORAM. Durante os dias que a UNAC e a ORAM permaneceram no Brasil, percorreram longas distâncias ao longo do cerrado brasileiro e mantiveram encontros e reuniões com movimentos socioterritoriais brasileiros.

A UNAC e a ORAM aproveitaram esta viagem para realizar algumas filmagens das plantações de cana-de-açúcar, milho e soja, concretamente no município de Lucas do Rio Verde/MT (AGUIAR e PACHECO, 2015). Mais tarde, estas filmagens, resultaram num documentário intitulado «*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*», e o mesmo foi usado pela UNAC e a ORAM como evidência de que o modelo agrário que estava sendo exportado para Moçambique era tóxico, ou seja, uma ameaça tanto para a agricultura camponesa, como para a soberania alimentar. Igualmente, passou a ser usado como um instrumento de luta e resistência contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Embora Fingermann (2013) tenha rebatido e considerado mitos as constatações de Clements e Fernandes (2013) e de Mello (2013) segundo as quais, a implementação do ProSAVANA poderia resultar na reprodução dos conflitos sociais em decorrência da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras dentre outras contradições inerentes à lógica (do modo) capitalista de produção.

Os discursos “produtivistas” e “desenvolvimentistas”, feitas pelas autoridades brasileiras no âmbito da implementação do ProSAVANA, ocultavam as desigualdades, contradições, dramas, traumas e perversidades dentre outras tragédias socioambientais geradas pelo agronegócio quando se expande no campo. Desde o início, houve alertas sobre a possibilidade de reprodução das mazelas, perversidades e contradições geradas pelo PRODECER no cerrado brasileiro caso ocorresse a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala (CLEMENS e FERNANDES, 2013; MELLO, 2013). Temendo uma possível reprodução das contradições e dos conflitos socioambientais no Corredor de Nacala em decorrência da implementação do ProSAVANA, no seu primeiro pronunciamento em



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

forma de contestação a este programa, feito em Outubro de 2012, a União Nacional de Camponeses (UNAC) afirma:

O ProSAVANA é resultado de uma política que vem do topo para a base, em no entanto, levar em consideração as demandas, sonhos e anseios das bases, particularmente, dos camponeses do Corredor de Nacala. [...] Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega-projetos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cana-de-açúcar, algodão, etc.). Condenamos a vida em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais (UNAC, 2017, p. 17).

Aos poucos, foram emergindo reações de outros movimentos populares contra a investida neoliberal brasileira no campo moçambicano. Em 2013, a Justiça Ambiental – Amigos da Terra Moçambique, também se pronunciou, contestando abertamente o ProSAVANA, destacando os impactos negativos sob o ponto de vista social e ambiental do modelo agrário/agrícola que estava sendo proposto para a modernização do Corredor de Nacala. A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento Rural (ADECRU), além de fazer várias denúncias contra o ProSAVANA internamente, uma das suas lideranças, viajou ao Brasil, onde questionou o interesse do Brasil ao apoiar um programa que considerava ser socialmente perverso e insustentável em termos ambientais.

Para os movimentos socioterritoriais moçambicanos, estava mais do que claro que por parte do Brasil e do Japão, havia uma apetência pela colonização de Moçambique através do agronegócio. A partir de então, estava decretada a luta contra o programa *nipo-brasileiro* de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais que pretendia apropriar-se privadamente e controlar monopolicamente o espaço agrário *corredor-nacalense* para servir aos interesses dos grupos corporativos globais ligados ao agronegócio. Ao decretar-se uma luta contínua e sem trégua contra o ProSAVANA, a ideia dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, era a de evitar que a terra e os recursos naturais vitais para a sobrevivência de milhares de famílias camponesas (a terra, a água e as florestas, etc.), fossem mais uma vez, apropriados privadamente e *comoditizados* para atender interesses de uma minoria. Por sua vez, queriam evitar que o modo camponês de vida fosse destruído no âmbito da implantação efetiva do ProSAVANA, já que a ideia era expandir monoculturas de exportação nos moldes praticamente coloniais.



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

Numa altura em que o ProSAVANA estava a avançar com as suas atividades no Corredor de Nacala, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, composto por lideranças de organizações camponesas, ambientalistas, feministas, ligadas aos direitos humanos dentre outras, decidiram se unir para travarem batalhas contra a privatização da terra e de outros recursos naturais em Moçambique. Numa primeira fase, decidiram desencadear uma luta contra a privatização da terra em Moçambique, e o ProSAVANA, era a sua maior preocupação (CATSOSSA, 2017). Essa união das organizações da sociedade civil, surge numa altura em que as suas demandas eram ignoradas pelos executores do ProSAVANA. Assim, vendo-se ignorados, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, com apoio dos movimentos socioterritoriais brasileiros e de outras nacionalidades, mas que lutam contra as injustiças socioambientais no campo, decidiram elaborar uma carta aberta intitulada «*Carta Aberta para deter e refletir o programa ProSAVANA*», na qual contestavam abertamente este programa.

Inicialmente, os executores do ProSAVANA tentaram ignorar as pautas dos movimentos socioterritoriais signatários desta carta aberta. Mas, por causa da pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros, e mais tarde, com a adesão dos movimentos socioterritoriais japoneses na luta e resistência contra este programa, a carta aberta foi respondida. A resposta foi dada pelo governo moçambicano, mas sem indicações claras que o ProSAVANA seria suspenso temporariamente para avançar-se com o diálogo, como os movimentos socioterritoriais moçambicanos e outros signatários propunham (CATSOSSA, 2017).

Vendo que as ações do ProSAVANA estavam cada vez mais ativas no Corredor de Nacala, os movimentos socioterritoriais moçambicanos, decidiram avançar com outras estratégias de lutas e resistências contra este programa. Já que inicialmente trabalhavam de forma fragmentada, decidiram se unir. É neste contexto que é criada a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», formada por várias organizações camponesas e da sociedade civil, mas que lutam pela justiça socioambiental no campo, defendendo os interesses dos camponeses e das comunidades rurais. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*», surge em Junho de 2014, após as organizações da sociedade civil verem todas as tentativas de diálogo com os executores do ProSAVANA fracassadas. Esta rede era constituída por movimentos camponeses, no caso da União Nacional de Camponeses (UNAC); Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU); movimentos ambientalistas, no caso da Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique e da Livaningo; dos movimentos feministas, no caso do Fórum Mulher; movimentos religiosos, no caso da Comissão de Justiça e Paz de Nacala (CJPN) e da Comissão de Justiça e Paz de Nampula (CaJuPaNa) e movimentos ligados aos direitos humanos, no caso da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), só para citar alguns exemplos.

Nas suas lutas e resistências, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» contava com o apoio solidário dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses. Por meio da «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foram sendo realizadas várias atividades conjuntas, como, por exemplo, a organização e participação em eventos e a realização de algumas pesquisas e caravanas ao longo do Corredor de Nacala em contestação a implementação efetiva deste programa. Com a criação da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», as lutas e resistências contra o ProSAVANA tornaram-se globais, no sentido em que, elas passaram a ser realizadas também no Brasil e no Japão, países responsáveis pelo desenho da ideia de “replicar” a experiência do Cerrado brasileiro no Corredor de Nacala.

Enquanto os movimentos socioterritoriais moçambicanos pressionavam o governo de Moçambique a parar com o ProSAVANA, os movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses, faziam o mesmo em seus países. Essa ação conjunta, coordenada e articulada dos sujeitos em movimento dos três países, foi determinante para o cancelamento temporário, e mais tarde, definitivo do ProSAVANA no Corredor de Nacala. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» passou a constituir-se num espaço de construção de diálogo, de utopias camponesas, de programas e modelos agrários alternativos e de troca de experiências, como também de elaboração de novas pautas e estratégias de lutas e resistências contra o ProSAVANA e o agronegócio no geral.

As conferências triangulares dos povos organizados pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em parceria com os movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses, foram verdadeiros espaços de reafirmação de lutas e resistências, não apenas do ProSAVANA em Moçambique, mas também do MATOPIBA no Brasil. O ProSAVANA e o MATOPIBA, se inserem na atual geopolítica mundial da questão agrária, com uma forte presença do investimento japonês nos dois países, com o qual buscava-se terras agrícolas

## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

para a produção de *commodities* do seu interesse em territórios alheios (CATSOSSA, 2019). A proposta de lutar e resistir conjuntamente contra o avanço destes programas nos dois países, foi feita pela representante da FASE/Brasil, Diana Aguiar durante a III Conferência Triangular dos Povos, realizada na capital moçambicana – Maputo, em Outubro de 2017. Nesta conferência, além de denunciar as truculências do MATOPIBA no Brasil, Diana Aguiar, pediu a união e solidariedade dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, para de forma conjunta, lutarem e resistirem contra a expansão do agronegócio nos dois países. Intervindo, Diana Aguiar fez as seguintes declarações:

Globalizemos as lutas, globalizemos as esperanças. Os desafios que se impõem no Brasil são os mesmos de Moçambique, que é a luta contra o agronegócio, devastação e contaminação de territórios. As resistências se constroem em espaços assim, seja numa sala em Maputo, seja numa sala na capital Federal do Brasil –, Brasília, seja em baixo duma árvore, nas comunidades do cerrado brasileiro, no norte de Moçambique, em Nampula, na Zambézia. Isso é de fato globalizar as lutas, globalizar as esperanças. A nossa presença aqui, é a representação disso. Agente sente que a luta de vocês é nossa e esperamos que a nossa luta seja a luta de vocês também<sup>5</sup>.

A declaração oficial sobre a necessidade de lutar e resistir contra o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil, saiu da IV *Conferência Triangular dos Povos*, realizada em Tóquio/Japão, em 2018. No entender dos movimentos socioterritoriais de Moçambique, Brasil e Japão, os dois programas tinham em vista empreender uma apropriação, domínio e controle monopolístico dos territórios para a produção de *commodities* de interesse do mercado global, e não necessariamente, alimentos que vão diretamente na mesa do cidadão. Para estes sujeitos em movimento, tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA, ambos os programas eram uma ameaça à agricultura camponesa, à soberania, à segurança alimentar e nutricional nos dois países. Nem sempre as reivindicações dos movimentos socioterritoriais dos dois países eram recebidas de boa forma pelos executores dos ProSAVANA.

Estes sujeitos em movimentos foram, na maioria das vezes, hostilizados e conotados pelos executores do ProSAVANA de terem uma agenda obscura e oculta. De modo geral, as lutas e resistências contra o ProSAVANA foram caracterizadas pela intolerância política por parte dos executores deste programa. Cada vez que os movimentos socioterritoriais dos três países fossem questionar abertamente o ProSAVANA, eram perseguidos, intimidados,

---

<sup>5</sup> Discurso gravado pelo autor durante a III Conferência Triangular dos Povos, realizada em Maputo.





## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

agredidos física e verbalmente e vistos como conspiradores, agitadores, anti-desenvolvimentistas, “mão externa”, pessoas pertencentes aos partidos da oposição dentre outros adjetivos. As práticas antidemocráticas dos executores do ProSAVANA eram protagonizadas em tempos de realização das “audiências públicas” por membros do governo moçambicano, como também pelas empresas contratadas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), como aconteceu nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

Igualmente, tais práticas antidemocráticas eram visíveis durante as conferências internacionais organizadas pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*», quando, por exemplo, os executores do ProSAVANA fossem convidados a intervir. Essa situação de intolerância política foi verificada em Outubro de 2017 durante a *III Conferência Triangular dos Povos*, realizado na cidade de Maputo, em que usando tom ameaçador, a Coordenação do ProSAVANA da contraparte moçambicana, intimidou representantes dos movimentos socioterritoriais brasileiros, sobretudo, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), chamando-lhes de “agitador e difusor de informações falsas” em torno do ProSAVANA.

Esta não foi a primeira vez a ocorrer intimidações, ameaças, perseguições, conotações às lideranças dos movimentos socioterritoriais dos três países, atos protagonizados pelos executores do ProSAVANA. Essa situação foi sendo denunciada pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em vários comunicados de imprensa, como também durante conferências triangulares dos povos organizados por este movimento, tanto dentro como fora de Moçambique. Essas práticas antidemocráticas foram sendo reportadas também por vários autores que estudaram o ProSAVANA (MOSCA, 2015; MOSCA & BRUNA, 2015; FUNADA-CLASSEN, 2019; CATSOSSA, 2017, 2020a; 2020b).

Essas intimidações, perseguições e conotações, passaram a se configurar num *modus operandi* dos executores do ProSAVANA para fragilizarem as lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais contra este programa. Através deste *modus operandi*, os executores do ProSAVANA conseguiram numa dada altura, fragilizar a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», na medida em que dividiu as organizações da sociedade civil inicialmente filiadas em duas partes, a saber: «*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*». A «*ala anti-ProSAVANA*» era composta por organizações da sociedade civil que desde o início viam o ProSAVANA como sendo uma ameaça a agricultura camponesa, a segurança alimentar e



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

nutricional, a soberania alimentar dos camponeses como também para a biodiversidade biológica.

A «*ala anti-ProSAVANA*» é a que permaneceu na «*Campanha Não ao ProSAVANA*» lutando e resistindo contra a implementação efetiva deste programa. Já a «*ala pro-ProSAVANA*» era constituída pelas organizações da sociedade civil que viam a possibilidade de coexistência pacífica dos modelos agrários, isto é, entre o agronegócio e a agricultura camponesa, uma situação completamente impossível de acontecer no campo, pois, os conflitos socioambientais por onde este primeiro se territorializa são quase inevitáveis. Dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», a UNAC é que era o alvo dos executores do ProSAVANA, sobretudo, da JICA, mas em conivência com o governo moçambicano. Os executores do ProSAVANA chegaram a intervir na UNAC, forçando esta organização camponesa a excluir do movimento, alguns dos seus militantes.

A retirada destes militantes do movimento, aconteceu momentos depois de terem frustrado a estratégia de cooptação da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), colocada em prática pela MAJOL, durante um encontro realizado em Janeiro de 2016 na cidade de Nampula. Numa tentativa de mapear e identificar as organizações da sociedade civil mais rebeldes dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», usando uma espécie de “pesquisa de inteligência do tipo-Cia [sic]” (FUNADA-CLASSEN, 2019), após seu plano ser desconstruído por alguns membros da UNAC, os consultores da MAJOL partiram para agressão, numa tentativa de impor o seu poder (CATSOSSA, 2017).

A UNAC, como foi referenciado anteriormente, é o maior movimento campesino do país e conta com mais de 150.000 membros, e isto faz com tenha maior legitimidade no campo, sobretudo, entre os camponeses. As lutas e resistências são desencadeadas pelos seus membros, daí que fragilizando-as, seria mais fácil retirar o seu protagonismo político dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». O “Não ao ProSAVANA” da UNAC feito inicialmente na sua declaração em Novembro de 2012, era uma clara afronta aos interesses *brasileiros e nipônicos*, e no geral, do capitalismo financeiro global. Significa que o simples fato da UNAC dizer “Não ao ProSAVANA” no Corredor de Nacala, colocava em causa a acumulação e reprodução ampliada do capital financeiro em escala global. Regra geral, quando sente ameaçada a sua reprodução ampliada em escala global, o capital financeiro sempre procura remover os obstáculos presentes em sua frente, mesmo que isso leve a

## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

interferência na política interna dos países por onde se expande, e foi exatamente isso que ocorreu durante a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Vendo os seus interesses ameaçados, a JICA, conforme Funada-Classen (2019), quis dismantelar o protagonismo da «*Campanha Não ao ProSAVANA*», enfraquecendo a UNAC deste movimento. Como se pode ver, havia por parte da JICA um plano bem desenhado e estruturado para fragilizar a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», sendo que tudo passava por cooptar a UNAC, tirando do seio dela, os militantes politicamente mais críticos e combativos contra a expansão do capital financeiro no Corredor de Nacala.

Funada-Classen (2019) afirma que ao pretender dividir a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em duas partes («*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*») antagônicas em termos político-ideológico, o objetivo da JICA era de retirar a influência dos movimentos socioterritoriais japoneses na luta e resistência contra o ProSAVANA em Moçambique. A constatação desta autora faz todo o sentido se observado com atenção o papel desempenhado pelos movimentos socioterritoriais japoneses, sobretudo, o Centro de Voluntariado Internacional do Japão (JVC, em inglês) dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Aliás, os militantes da JVC também passaram a ser perseguidos, intimidados, ameaçados e rotulados de serem agitadores em Moçambique.

O auge da perseguição aos movimentos sociais japoneses aconteceu em 2017, quando Naoko Watanabe do JVC, viu o seu visto ser negado para viajar a Moçambique com vista a participar da *III Conferência Triangular dos Povos*. Esta situação gerou revolta no seio da *Campanha Não ao ProSAVANA* e foi abertamente denunciada durante a conferência na presença das autoridades moçambicanas e japonesas, e depois, num comunicado de imprensa que foi posto a circular na *internet*. Embora Funada-Classen (2019) tenha afirmado que a intenção da JICA era retirar da cena política os sujeitos em movimento japoneses, a realidade é multifacetada e complexa.

O que se revelou, de fato, foi a intenção da JICA de retirar o protagonismo dos movimentos socioterritoriais brasileiros na cena política, isto é, na luta e resistência contra o ProSAVANA em Moçambique. É importante frisar que os movimentos socioterritoriais brasileiros foram os que forneceram informações importantes aos movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, a UNAC e a ORAM sobre os desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro. No caso da UNAC, foi a primeira organização



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

camponesa moçambicana a contestar o ProSAVANA, e a maior parte das informações foi obtida por meio dos movimentos socioterritoriais brasileiros, com os quais mantém relações de amizade pautadas na solidariedade entre os povos, há dezenas de anos.

Destes, pode-se destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), só para citar alguns exemplos. A partir dos contatos com os movimentos socioterritoriais brasileiros, é possível afirmar que os movimentos socioterritoriais moçambicanos, no caso da UNAC, da ORAM e da ADECRU, se fortaleceram, fato que aumentou o seu protagonismo político em termos de luta e resistência contra o ProSAVANA e o agronegócio no geral.

Os movimentos socioterritoriais brasileiros eram vistos também como alvo a “bater” pela JICA, pois, eram tidos como um obstáculo ao sucesso do ProSAVANA, enfim, do capital financeiro em Moçambique, dada a influência política que tinham dentro da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Tirando os movimentos socioterritoriais brasileiros da cena política, automaticamente, a JICA fragilizaria a UNAC e, conseqüentemente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», controlando-a politicamente. Até uma dada altura, a UNAC ficou fragilizada, sobretudo, quando alguns dos seus militantes mais atuantes e influentes politicamente foram forçados a sair deste movimento campesino após a “confusão” que aconteceu em Janeiro de 2016, em Nampula durante o encontro organizado pela MAJOL, uma empresa de consultoria privada a serviço da JICA (CATSOSSA, 2017).

A fragilização da UNAC com o despedimento dos seus militantes em 2016, não abalou de forma significativa as actividades da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Mesmo fragilizada por causa da onda de intimidação, perseguição, ameaças dentre outras práticas antidemocráticas, a «*ala anti-ProSAVANA*», na qual a UNAC esteve filiada, conseguiu se reinventar e continuou a contestar abertamente contra este programa, de tal maneira que os seus executores não conseguiram implementá-lo como estava previsto.

A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» conseguiu interromper temporariamente o ProSAVANA em 2015, forçando os seus executores para um diálogo, no qual propunham o fim deste programa agrário, de maneira a dar início a elaboração do outro que aglutinasse os anseios dos camponeses do Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2017). Esta interrupção



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

temporária do ProSAVANA, não resultou apenas da força e pressão dos movimentos socioterritoriais moçambicanos, mas também dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses. De 2015 até 2019, os executores do ProSAVANA avançaram com as negociações com vista a dar continuidade com a implementação deste programa no Corredor de Nacala, mas não resultaram efeitos positivos, pois, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», continuou firme nas suas convicções, contestando-o severamente, propondo a sua suspensão definitiva, inclusive (CATSOSSA, 2018, 2020a, 2020b).

O ProSAVANA, um programa com fortes traços coloniais que vislumbrava a monopolização do território, chegou ao fim de forma inglória e sem pelo menos exportar uma tonelada de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão dentre outras *commodities* para o mercado asiático, graças a força e pressão dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e a solidariedade dos povos do Brasil e do Japão. O término definitivo do ProSAVANA em Moçambique foi anunciado em Julho de 2020 e na nota de imprensa disponível no *site* do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural (MADER), lê-se o seguinte:

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural torna público que os parceiros envolvidos com o governo no Programa ProSAVANA acordaram o término com a conclusão do Projeto para o Estabelecimento de Modelos de Desenvolvimento ao Nível das Comunidades com Melhoria do Serviço de Extensão Rural no Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala (MADER, 2020, s/p, itálicos do original).

A notícia que dava conta que o ProSAVANA havia terminado de forma definitiva em Moçambique, foi recebida com muita euforia por parte das organizações integrantes da «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Do lado moçambicano, a Justiça Ambiental (JA!), comemorou na sua página do *Facebook* o término oficial do ProSAVANA, destacando que foi uma vitória para os camponeses do Corredor de Nacala e para as organizações da sociedade civil filiadas à «*Campanha Não ao ProSAVANA*», que desde o início não deixaram de sonhar que conseguiriam impedir a implementação efetiva deste programa.

Mesmo assim, a Justiça Ambiental lamentou as práticas antidemocráticas perpetradas pelos executores do ProSAVANA. Outra organização que também comemorou o término oficial do ProSAVANA, é a Livanningo, onde destacou que foi uma vitória para a classe camponesa e todas as organizações da sociedade civil envolvidas na luta e resistência contra este programa no Corredor de Nacala. De forma eufórica, um dos membros de direção da Livanningo afirmou que:

## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

Só o fato do ProSAVANA ter terminado e oficialmente anunciado pelo governo, é uma vitória para a classe camponesa e uma vitória para todas as organizações da sociedade civil que estavam na frente da luta (Entrevista realizada em Setembro de 2020).

No Japão, o término definitivo do ProSAVANA mereceu destaque num comunicado escrito pelas organizações da sociedade civil, que de forma solidária, apoiaram os movimentos socioterritoriais moçambicanos na luta e resistência contra o ProSAVANA. O destaque vai para a Mokai e o JVC, intitulado «*Vitória dos movimentos camponeses e cívicos! ProSAVANA terminou*», lê-se o seguinte:

Em 22 de julho de 2020, representantes do Ministério das Relações Exteriores do Japão, visitaram parlamentares japoneses, Michihiro Ishibashi e Satoshi Inoue, que foram apoiar a campanha conjunta da sociedade civil moçambicana, brasileira e japonesa contra o ProSAVANA e anunciou o “término do ProSAVANA”. Os representantes trouxeram consigo declarações do Ministério da Agricultura de Moçambique e da Embaixada do Japão em Moçambique sobre o fim do ProSAVANA. O governo japonês e sua Agência de Cooperação Internacional (JICA), encerraram o seu programa polêmico de longa duração sem concluir o seu projeto principal, ProSAVANA-PD, cujo objetivo era preparar um Plano Diretor de Agricultura para a região do Corredor de Nacala em Moçambique. O ProSAVANA enfrentou resistência consistente dos movimentos camponeses locais desde Outubro de 2012, apoiado por organizações da sociedade civil moçambicana sob a égide da Campanha Não ao ProSAVANA (MOKAI & JVC, 2020, s/p).

Em parte, o término do ProSAVANA deveu-se por causa do veredito da justiça moçambicana emitido pela «*Campanha Não ao ProSAVANA*» em Agosto de 2018, no qual forçava o então Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) a fornecer todas as informações referentes a este programa que por muito tempo eram sigilosas e as mesmas, estavam fora da alçada das organizações da sociedade civil moçambicanas que contestava severamente a sua implementação no Corredor de Nacala. É importante frisar que, ao contrário do governo brasileiro que se ausentou da implementação do ProSAVANA a partir de 2016, retirando, inclusive, a sua delegação em Moçambique, o governo japonês foi até ao fim.

O governo japonês acreditava num possível fracasso das lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais, após várias vezes, a JICA empreender o mecanismo de cooptação, ou seja, a estratégia de “dividir para reinar” para enfraquecê-los. Mas contra o desejo do governo japonês de transformar o Corredor de Nacala num possível “celeiro mundial da soja”, como fez com o cerrado brasileiro aquando da implementação do PRODECER, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» continuou firme, lutando e resistindo este





## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

programa de matriz neoliberal e com fortes traços coloniais, mas com apoio dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses.

### **Considerações finais**

A *Cooperação Sul-Sul* dos movimentos socioterritoriais é materializada pela articulação dos sujeitos oprimidos do Sul Global, no sentido de lutar e resistir conjuntamente contra as práticas opressoras, expropriadoras e exploratórias desencadeadas pelo capitalismo financeiro na sua forma neoliberal. Igualmente, a *Cooperação Sul-Sul* dos movimentos socioterritoriais é o mecanismo de globalização dos sujeitos em movimento, numa disputa paradigmática para o domínio e controle dos *territórios (i)materiais*. A Cooperação Sul-Sul movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros contra o ProSAVANA nesse novo paradigma. As pautas de lutas e resistências dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros no âmbito da Cooperação Sul-Sul contra o ProSAVANA, são legítimas, levando em consideração o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo proposto.

O ProSAVANA pretendia empreender uma apropriação, domínio e controle monopolístico do Corredor de Nacala com vista a transformá-lo num campo de produção de *commodities* de interesse do mercado global. Mas, graças à pressão popular, não foi possível o ProSAVANA materializar os seus interesses. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» foi um dos maiores protagonistas das lutas e resistências contra o ProSAVANA, o que lhe valeu um prémio, em 2015, dado pela *Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC)* em reconhecimento a sua causa de luta. Graças a coesão e a união das organizações da sociedade civil filiadas «*Campanha Não ao ProSAVANA*» e a solidariedade dos movimentos socioterritoriais brasileiros e japoneses que foi possível interromper definitivamente a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

Pode-se afirmar que o ProSAVANA teve um fim inglório, olhando para a forma contraditória, autoritária, arrogante e anti-democrática como foi sendo implementado no Corredor de Nacala pelos seus executores. Foram praticamente dez (10) anos de muita luta e resistência dos camponeses que desde o início, acreditaram que só unidos poderiam vencer a batalha, evitando que fossem mais uma vez expropriados e expulsos das suas terras. Esta é uma das maiores vitórias para os movimentos socioterritoriais moçambicanos nesta primeira metade do século XXI. A interrupção definitiva do ProSAVANA, cujos atores e interesses

## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

eram múltiplos, complexos e interconectados, simbolizou um *golpe* retumbante ao capital financeiro de matriz neoliberal, que pretendia garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global espoliando, expropriando e expulsando os camponeses das suas terras, apropriando e privatizando outros recursos naturais (água, florestas, biodiversidade, etc.), destruindo-os e contaminando-os, inclusive em nome do desenvolvimento.

É, portanto, um motivo de orgulho para os movimentos socioterritoriais moçambicanos, sobretudo, os que continuaram filiados a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», pois, em tempos de crise estrutural do capital como estes que a humanidade vivencia, é extremamente difícil barrar um programa que aglutinava interesses do capital financeiro como o ProSAVANA que procurava garantir a sua acumulação e reprodução ampliada. Foi apenas o “término do ProSAVANA”, mas não dos interesses do capitalismo financeiro global, visando tramar a monopolização do território para garantir a acumulação e reprodução ampliada na base de produção de *commodities* para a exportação. Uma vez que os interesses do capitalismo financeiro continuam em alta em Moçambique, acarinhados e protegidos pelo Estado, é importante que os movimentos socioterritoriais moçambicanos continuem em alerta e estejam de olhos abertos, pois, o ProSAVANA pode voltar disfarçado com outro nome, mas com a mesma racionalidade econômica.

Significa que embora os movimentos socioterritoriais moçambicanos com o apoio solidário dos brasileiros e japoneses tenham conseguido interromper definitivamente a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, ainda há muitos desafios pela frente. Um dos maiores desafios dos movimentos socioterritoriais moçambicanos após o término do ProSAVANA, passa por elaborar um plano de desenvolvimento nacional alternativo ao que tem sido apresentado pelos governos sucessivos da FRELIMO, no qual possam mostrar um claro rompimento com as práticas neo extrativistas, enfim, com programas agrícolas, cujo modelo de produção se baseia no agronegócio.

### **Referências**

AGUIAR, Diana & PACHECO, Maria Emília (Orgs). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique**. Dissertação [Mestrado em Geografia], UFGD, Dourados/MS, 2017.



## Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA

\_\_\_\_\_. Projetos de dominação e resistências camponesas: o caso do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. In: **Anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p. 1416-1435, Dourados, 2018.

\_\_\_\_\_. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019a.

\_\_\_\_\_. O avanço da fronteira agrícola brasileira e na nova (des)ordem no rural moçambicano: uma análise a partir do ProSAVANA. **Revista desenvolvimento, fronteiras e cidadania** – vol.3 – n.2 – p.133-158, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese (Doutorado em Geografia), Dourados/MS, 2020a.

\_\_\_\_\_. ProSAVANA (re)visitado: neocolonialismo agrário e a fracassada tentativa de monopolização do território em Moçambique. In: MORETTI, E. C. (Org). **Olhares geográficos: a produção social da natureza**. 1ª edição; TotalBooks, p. 246-283, 2020b.

\_\_\_\_\_. A presença brasileira na agricultura moçambicana e os paradigmas do modelo agrário em questão. **Revista GeoUERJ**, v, n.37, Rio de Janeiro, 2020c.

CLEMENTS, Elizabeth Alice & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. OR. OMR, Maputo, 2013.

FABRINI, João Edmilson. A existência (e resistência) camponesa no Sul do Mato Grosso Sul. **Revista eletrônica da AGB**, Três Lagoas/MS, Ano 15, p. 147-173, 2019.

\_\_\_\_\_ & ROOS, Djon. *Conflitos territoriais entre campesinato e agronegociolatifundiário*. 1ª edição; Editora Outras Expressões, São Paulo, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, N. 6, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. A geopolítica da questão agrária mundial. **Revista NERA - Boletim DataLuta**, n. 18, Presidente Prudente, 2009.

\_\_\_\_\_ & MARTIN, Jean-Yves. Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Revista Lutas Sociais**. n. 11/12, 2004.

FINGERMANN, Natália N. Os mitos por trás do ProSAVANA. In: **IDeIAS (Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social)**, IESE, Maputo, 2013.



## **Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

FUNADA-CLASSEN. Sayaka. Fukushima, ProSAVANA e Ruth First: **Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann**; OMR, Maputo, 2014.

\_\_\_\_\_. Ascensão e queda do ProSAVANA: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. In: **OMR**, OR, n° 82, Maputo, 2019.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. *Brasil/Japão: Cooperação para o desenvolvimento dos cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas?* In: **XVIII ENG: A construção do Brasil: geografia, ação, política e democracia**; São Luís/MA, 2016.

JACINTO, Rui. Aparatos e aparências da lusofonia: Os sapatos sujos e seus labirintos. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 93-99, jan./jun. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 9ª edição, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

MADER. Governo de Moçambique e parceiros acordam o término do ProSAVANA. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/governo-de-mocambique-e-parceiros-acordam-o-termino-do-prosavana>. Acesso em : 09/08/2020.

MELLO, Fátima. **O que quer o Brasil com o ProSAVANA**. 2013. Disponível: <http://fase.org.br/pt/informe-e/artigos/o-que-quer-o-brasil-com-o-Prosavana/>. Acesso em: 20/01/2020.

MOKAI & JVC. **Victory for peasant and civic movements! ProSAVANA officially ended**. Disponível: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/29758-victory-for-peasant-and-civic-movements-prosavana-offially-ended>. Acesso:09/08/2020.

MORREIRA, Ruy. O espaço e o contraespaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al., (Orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição, Editora: Lamparina, p. 72-108, Rio de Janeiro, 2011

MOSCA, João & BRUNA, Natacha. **ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades**. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João & MATTOS, Regina Célia (Orgs). **Desafios da metropolização do espaço**; Editora: Consequência, p. 443-457, Rio de Janeiro, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora: Ática, São Paulo, 1993.

UNAC. **Mensagem de luta dos camponeses**, Maputo, 2017.



**Cooperação Sul-Sul dos movimentos socioterritoriais moçambicanos e brasileiros: um olhar em torno das lutas e resistências contra o ProSAVANA**

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potencia.** Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.

